

REDES SOCIAIS TEMÁTICAS *5-Dinâmica urbana*

FURINI, Luciano Antonio
UNESP

Introdução

Considerando as redefinições do espaço geográfico, em meio aos novos padrões de organização em redes do período atual, podemos identificar tanto a ocorrência de redes técnicas, que estão diretamente ligadas aos recentes padrões tecnológicos de desenvolvimento do modo capitalista de produção, como várias formas de organização por meio de redes sociais. Se por um lado as redes técnicas constituem-se a partir dos avanços tecnológicos das sociedades, num processo complexo que caracteriza aspectos de uma nova fase da internacionalização e com novas formas de hegemonia, por outro, as redes sociais constituem formas de organização baseadas na reciprocidade ou e em iniciativas que remetem, em geral, aos enfrentamentos ou pseudoenfrentamentos das questões sociais, de acordo com os temas que abrangem, podendo caracterizar ações contra-hegemônicas, embora, em alguns casos, possam ser consideradas ilegais .

Em comum nesses dois tipos de redes encontramos aspectos como a centralidade da informação, a ocorrência de sinergia nas relações entre os elementos, padrões de conexidade e de reciprocidade, entre outros. Nesse sentido as redes implicam padrões socioterritoriais próprios das interações ocorridas no espaço geográfico.

No caso brasileiro, no qual a sociedade é caracterizada pelas desigualdades sociais em várias escalas e a condição de vida da população está sempre ameaçada pela instabilidade social e suas conseqüências econômicas, políticas e culturais, surgem diversas formas de enfrentamento das desigualdades sociais ou de suas conseqüências, fazendo emergir questionamentos sobre suas intencionalidades e os resultados por elas alcançados.

É em meio a essa complexidade que as redes sociais se formam buscando alcançar diferentes objetivos. Compreender como as redes sociais caracterizam-se enquanto importante mediador, tanto no âmbito teórico, ao revelar as formas de organização socioespacial, quanto na prática, ao potencializar transformações sociais, é o que buscamos neste trabalho.

Uma das características do período atual é a velocidade dos avanços tecnológicos em meio a ambientes que abrigam concomitantemente hierarquia e tradição. Essa realidade contemporânea gerou modos de organização passíveis de assimilar esta velocidade das transformações, tais como alguns tipos de redes sociais. Os canais de comunicação¹ em rede estabelecem uma lógica no espaço geográfico que constitui uma *linguagem* diferenciada. Esta nova linguagem encerra tendências à perpetuação do acúmulo de informações, saberes e poder em prol dos que detém, controlam ou manipulam a comunicação, impedindo, por meio de reestruturações, que as iniciativas tradicionais contrárias a essa lógica possam realizar transformações significativas.

É certo que a corrupção das estruturas participativas, por meio das lógicas hierárquicas, burocráticas ou de tendência ao fortalecimento dos grupos de interesses, ocorre no âmbito social. As redes sociais temáticas, caso alcancem uma tendência à autonomia², surgem como âmbitos

¹ A comunicação em questão é ampla e implica um emaranhado de conexões com diversos tipos de emissores, receptores, canais e objetos.

² Propomos a noção *tendência a autonomia*, como processo contínuo de busca, no qual o acesso às condições de superação das novas desigualdades sociais é possível, sem recorrência a favores de grupos que exploram a sociedade, mas por meio de conquistas alternativas que envolvam a participação popular na reconstrução do social. Essa postura implica conflitos, já que encerra repartição de poder em uma sociedade voltada à acumulação deste. Deste modo, a escala do individual entra em atrito com a escala do social, o que inviabiliza concepções de autonomia plena, já que a

possíveis de superação desta limitação.

A conceituação de *redes sociais temáticas* é proposta teórica em que a proteção integral à criança e adolescente constituiu o tema da análise de redes sociais. As redes sociais temáticas configuram a possibilidade de transformações sociais frente a ambientes controlados quando possuem tendência à autonomia e não fomentem outras formas de exploração e de geração das desigualdades sociais.

As barreiras tradicionais que impedem mudanças objetivas contra as desigualdades sociais caracterizam-se por uma capacidade de adaptação e reestruturação perante as tendências à transformação. Revestir o tradicional com roupagem moderna e desenvolvimentista é recurso comum no Brasil. Propomos que a visibilidade proporcionada por redes sociais temáticas pode inviabilizar parte das estratégias de controle social que impedem tais mudanças.

Neste texto apresentamos os aspectos teóricos que a pesquisa realizada na cidade de Presidente Prudente (SP), sobre proteção integral à criança e ao adolescente suscitou. A pesquisa foi realizada entre 2004 e 2008 e analisou vários setores públicos e privados responsáveis por realizar essa *proteção*. Foram pesquisados documentos e atividades em órgãos e instituições públicas e privadas, aplicados questionários e entrevistas semi-estruturadas e de análise de redes sociais com profissionais de vários setores que atendem esse segmento da população. Em relação aos resultados relacionados à estrutura e organização da rede social encontramos elementos que mostram fatores que impulsionam ou limitam as redes sociais. Os aprofundamentos permitidos por meio da abordagem das redes sociais temáticas mostram que o âmbito temático da análise das redes sociais é mais que uma obviedade analítica, constitui sim uma referência central na gênese, organização e perpetuação ou desaparecimento das redes sociais. Âmbito que ativa ou é ativado na dinâmica da organização em rede no espaço geográfico. Compreender as potencialidades de controle e de autonomia das redes sociais torna-se, assim, central.

A estrutura dinâmica das redes sociais

É possível estabelecermos uma diferenciação importante entre redes sociais enquanto fenômeno e redes sociais enquanto teoria. Enquanto fenômeno, a rede social varia em complexidade de acordo com sua historicidade. A espacialidade das *redes sociais* é dinâmica e sujeita a contingência. Desse modo, o fenômeno redes sociais gera espacialidades complexas, o que implica um campo diferenciado para contribuições teóricas. O campo relacionado às redes sociais permanece em aberto e ao mesmo tempo possibilita abordagens relevantes desde que estas apresentem delimitações específicas. As metodologias variam bastante devido à gama de temas envolvidos e a possibilidade de abordagem por meio de diversas disciplinas. Mas alguns aspectos são comuns às diversas abordagens, como o caráter dinâmico e multi-escalar, a conectividade temática e a configuração de uma organização de nível superior.

De acordo com a idéia de *eficácia das redes* de Deroy-Pineau (1994, p. 24) “o conceito de rede tem, em termos gerais, uma dupla aplicação [...] Para o pesquisador a idéia de redes tem a utilização estática. Para os grupos estudados, a utilização dinâmica” (MARTELETO, 2001, p. 71). Contudo, quando consideramos as redes sociais vinculadas aos temas, podemos identificar estabilidade na instabilidade e vice-versa.

Na abordagem geográfica, redes sociais é conceito que capta os fluxos socioespaciais de forma abrangente e detalhada. No período atual, o espaço geográfico permite a organização em rede e um sistema fundamentado em redes. Desse modo, a fluidez e a complexidade remetem a conceitos que permitam apreender o dinamismo e a velocidade das transformações.

Essas considerações buscam mostrar que as redes sociais são dinâmicas sócioespaciais da

inconstância, própria do social, confere o grau de contradição que impossibilita a estabilização da autonomia conquistada.

mediação e do convívio. Devemos buscar apreender tanto a produção do espaço pelas redes, quanto às influências da formação sócioespacial nas redes, particularmente no período atual em que o padrão centralizador do Estado brasileiro deixou marcas profundas na *máquina* burocrática, o que influencia a organização das redes sociais.

Região, território, lugar, escala e redes sociais são conceitos geográficos que estão em estreita sintonia, permitindo uma aproximação do conhecimento do espaço geográfico. Em sua dinâmica característica, as redes sociais envolvem uma série de vínculos que podem variar de acordo com a intensidade, duração e contextualização, desencadeando eventos em períodos nos quais objetos, fluxos, pessoas e instituições são articulados ora com ênfase individual, ora com ênfase social, mas sempre numa relação que envolve relevante tendência à hierarquia ou a autonomia.

As redes sociais emergem de organizações sociais nas quais os seres humanos se unem para sustentar a vida social, material e afetiva, dentre outras. Estes laços sociais se dão com diferentes intensidades de acordo com o contexto e a estrutura interna da sociedade. No campo da psicanálise, Speck (199?, p. 24) utilizou um léxico que estabelece algumas formas de relações sociais, o qual nos permite um primeiro contato com tipos mais específicos de relações sociais, tais como:

- a) *Matriz Social*, como a totalidade dos contatos e contextos sociais do indivíduo;
- b) *Nexo*, como as relações humanas relativamente duráveis que se traduzem em contato visual e tangível como as ocorridas no núcleo familiar, nas relações profissionais, entre amigos, vizinhos e comerciantes, altamente representados no espaço e no tempo. Trata-se de um contato primário, mas também de caminho para o contato secundário mais profundo;
- c) *Vínculo*, enquanto laços ou ligação entre pessoas. Os vínculos entre os membros de um nexos são os laços mais carregados de afetividade entre todas as relações humanas;
- d) *Grupos*, como relações humanas com vínculos mais ou menos estabelecidos, formalmente ou tradicionalmente;
- e) *Clã*, enquanto interface entre o nexos e o grupo. Vínculo mais íntimo que nos grupos e menos que nas famílias. Oscilam facilmente entre o nexos e o grupo (exemplo: uma reunião de professores de diferentes disciplinas);
- f) *Plexo*, como sendo o indivíduo ou pequeno nexos que representa o centro focal (o núcleo) das relações de um grupo, de um clã ou de uma rede;
- g) *Rede*, que seria o vasto domínio das relações de um indivíduo ou de um plexo em sua representação espaço-temporal. Trata-se de relações entre indivíduos, entre os quais alguns (plexos) são conhecidos por grande quantidade de membros da rede, outros não são mais que um nó entre membros.

Speck (199?) formula este léxico trabalhando com terapia em rede. Ele tipifica algumas formas de contato no contexto do lugar e do vivido, âmbitos intrínsecos às redes sociais. Essa tipificação permite-nos adentrar no universo das redes sociais, mais especificamente na sua parte em que o ser humano é o âmbito de centralidade. As redes sociais abarcam outros elementos constitutivos que abrangem dimensões variadas, entre elas as estruturais e simbólicas.

Em geral, as redes sociais se relacionam com outras redes em escalas superiores e inferiores, o que lhes confere níveis de influência de acordo com sua gênese, tema e abrangência, daí poder falar em polimorfia das redes. As redes podem atuar em micro, meso ou macro territórios, ou ainda articulando-se em escalas diversas, porém sendo influenciadas ao transpor escalas. A rede social que pesquisamos, relacionada aos direitos da criança e do adolescente, pode ter como central na escala do corpo, ações efetivas de proteção por meio de intervenção direta; na escala do bairro, acompanhamento dos resultados ou ausência de trabalhos de atendimento de acordo com o perfil da população; na escala municipal, articulação geral dos órgãos e entidades relacionados ao tema; na escala estadual participação e interação com os diversos programas e projetos regionais; na escala

nacional, contribuição para o aperfeiçoamento geral das diretrizes relacionadas ao tema; na escala global, o acesso ao conhecimento sistematizado das nuances gerais que envolvem a temática. Significação, amplitude, resultados, tema e grau de influência, correspondentes à rede social, vão variar conforme o processo e capacidade de transpor escalas.

Uma rede social que não *salta escalas*, ao modo proposto por Smith (2000), pode se tornar nociva em uma escala, embora realize serviços importantes de atendimento e participação em outras. Se, por exemplo, a rede social de proteção aos direitos da criança e do adolescente não acessar os conhecimentos sistematizados na escala global, para confrontá-los com suas ações locais, poderá desenvolver atividades não adequadas às conquistas alcançadas. Esse é o caso da Convenção sobre os Direitos da Criança, que prevê que a “criança deve crescer no seio da família, em um ambiente de felicidade, amor e compreensão” (BRASIL, ECA, 2005, p. 60). Desconhecer essa diretriz pode implicar em projetos que privilegiem a internação das crianças e adolescentes em detrimento da primazia da família. No entanto, no caso brasileiro, tal diretriz já está incluída na proposta do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Com relação à gênese das redes sociais temáticas, destacamos que tais redes podem surgir de modo ascendente, ao se objetivarem nas conexões das escalas de menor amplitude, por meio de agentes, instituições e objetos, de forma aleatória ou induzida; ou descendente, ao serem implementadas em meio aos fluxos hierárquicos dos setores público e privado. Podemos dizer que existe uma latência constante na gênese e desaparecimento das redes e que estas percorrem períodos, gerando eventos de acordo com suas particularidades, ou seja, sua dimensionalidade é variável.

Algumas características necessárias para o surgimento e manutenção da rede são: a) existência de um âmbito de confiança; b) ocorrência de conexões e densidade de vínculos que permita que os mesmos sejam realimentados; c) acessibilidade participativa e aleatória à rede, de modo que a gestão autônoma permita aceitar ou rejeitar casos, pessoas, objetos e técnicas, cuja lógica seja a do autoritarismo; d) a existência de um conjunto de iniciativas governamentais ou não governamentais que interagem de acordo com a relevância do tema.

A função do tema nas redes sociais

Como mostramos anteriormente, quanto à noção de *tema* nas redes sociais, nos inspiramos em Moscovici (2003) que, ao trabalhar com representações sociais, estabelece que “em síntese, a noção de tema indica que a possibilidade efetiva de sentido vai sempre além daquilo que foi concretizado pelos indivíduos, ou realizado pelas instituições” (MOSCOVICI, 2003, p. 224). Embora no âmbito da Psicologia Social, a dimensão que o tema ocupa seja diferente, nossa utilização é bastante próxima deste autor, pois relaciona o tema à centralidade que os fenômenos ocupam em nosso campo de consciência e, por consequência, nas relações sociais. O surgimento do tema decorre do conflito social. Em geral, o tema se constitui e consolida ao penetrar o universo emocional, representacional e espacial das pessoas e grupos.

O tema torna-se âmbito autógeno aos participantes e componentes das redes – objetos, pessoas, conjunto de equipamentos e instituições. Possibilita-se, deste modo, a constituição da rede, na qual a abrangência se dará na proporção da relevância e da influência do tema. Esses elementos produzem âmbitos e associações que permitem a comunicação temática.

Em Blanes *et al* (1995), a rede social em micro território – relacionada ao *tema* da gestão participativa dos serviços de proteção e desenvolvimento integral da criança, adulto, família e comunidade – está tipificada em cinco itens: 1. *Rede Social Espontânea*, que envolve o núcleo familiar ampliado, grupos de vizinhança, clubes e igrejas, entre outros; 2. *Redes Sócio-comunitárias*, nas quais ocorre a solidariedade do compromisso e da responsabilidade compartilhada; 3. *Redes Sociais Movimentalistas*, que *oxigenam* todas as demais redes nascidas nas comunidades e ou sociedade; 4. *Rede Privada*, na qual o mercado é o agente principal. 5. *Redes*

Setoriais Públicas, que abrange as ações do Estado no tocante a obrigações e deveres nas quais, no caso brasileiro, ocorre uma organização burocrática e pouco eficaz. São ações que envolvem educação, saúde, habitação, assistência social, entre outros.

De acordo com o tema especificado, se articulam espaços diversos. Conhecer o universo em que o tema se articula é central para se pesquisar redes sociais, pois os temas periféricos ao tema central – como no caso da assistência social para com a proteção integral da criança e do adolescente – são em muitos casos antigas matrizes nas quais as redes ocorreram.

No que se refere à abrangência, a rede vai até onde os vínculos ou a conectividade enfraquecem. O tema perde a centralidade e se torna opaco. O grau de completude diminui e a dispersão supera a concentração em relação ao tema. Neste ponto, a interligação entre redes se torna evidente, surge uma área de fronteiras inter-redes. Neste âmbito, os elos externos são mais evidentes que os internos. O grau de complexidade das redes é proporcional à amplitude, dispersão, durabilidade, quantidade, qualidade e tendência desses elos, em que o grau de multiplicidade de contatos sócioespaciais é central.

O que a rede social temática retém? Devido a sua dinâmica, a rede se enraíza na fluidez, ou seja, se fixa no movimento dinâmico que envolve o tema. Neste movimento, ocorrem inclusões e exclusões para que o captado permaneça em adequação ao tema. O enredar ocorre entre a busca planejada e a insurgência espontânea. Nas redes sociais, o desencadeamento e manifestação da transformação, que estão latentes, vão depender de fatores representacionais e espaciais concomitantes ao tema.

Após sua configuração, enquanto rede social, as ações estão potencializadas. A demanda está dada, podendo superar ou não a capacidade da rede, forçando-a a adaptações. O grau de tendência à autonomia varia e as redes sociais podem configurar uma entidade social com possibilidade de autonomia, cuja existência varia de acordo com a historicidade e espacialidade inerentes às mesmas.

Nem tudo o que a rede social temática não retém é prejudicial. As redes sociais possuem a capacidade de ignorar ou assimilar os fluxos que a perpassam. Propomos chamar de grau de ignoto, o processo em que se realiza esta capacidade. Este processo permite agir e planejar ações, nas quais a comunicabilidade apreendida realimenta as conexões. Se, para a solução dos pequenos problemas administrativos são despendidos muitos esforços, isso pode inviabilizar ações mais importantes e assim gerar desgastes excessivos, comprometendo o entusiasmo dos que compõem a rede.

Ao conectar e desconectar fluxos, se forma uma estrutura reticular e nos vácuos desta se cristalizam símbolos e latências que serão acionados de acordo com a importância do tema no período e a importância do período no tema.

O que não é retido é então essencial para as redes sociais, pois permite sua sobrevivência. *Saber ignorar* é um saber central nas redes sociais, pois a compatibilidade temática implica gestão específica, embora articulada.

As redes sociais passam a constituir elementos importantes a serem analisados a partir de matrizes discursivas, pois “a rede é antes de tudo um ambiente de comunicação e troca, que se dá em vários níveis” (MARTELETO, 2001, p. 75). As redes sociais com tendência à autonomia podem inserir novos significados no âmbito da luta pelo poder, e assim desarticular a eliminação de saberes que está presente na acumulação de poder por meio da coerção do discurso dominante, o discurso considerado competente.

A rede social torna-se mediadora, ao correlacionar segmentos afins que possuam diferencialidades inter-temáticas. A rede implementa complementaridades, levando os segmentos a uma significação comum. Ao realizar associações complexas, ela desarticula estados de morbidez social buscando níveis de afetação temáticos. Encontros e desencontros vão ocorrer com certo grau de autonomia e aleatoriedade, pois a tendência à auto-organização está colocada. Percebemos que a referência à *tendência* é mais adequada devido ao caráter dinâmico das redes sociais, conforme

constatamos ao identificarmos *vetores autônomos*, provindo de técnicos com postura participativa de ímpeto inter-setorial; e ao identificarmos *vetores controlados*, provindos da lógica burocrática que, em geral, envolve as políticas públicas.

As redes sociais, sendo espaços mediadores, implicam conectividade, e esta ocorre de acordo com a articulação de *elementos estruturais*, corpo, objetos e equipamentos, hierarquias; *elementos representacionais*, pensamento social, saberes sociais, mediadores sociais, memória social; e *elementos processuais*, ações sociais, práticas sociais, ritmos variáveis. Porém, são os elementos representacionais que mais possibilitam apreender as possibilidades de tendência à autonomia da rede social temática.

Redes sociais: limites

Ao pesquisar redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo, Marques (2003) apresenta o aporte analítico das redes sociais e destaca que as redes podem implicar possibilidades, mas também constrangimento:

A análise das redes sociais parte do princípio de que inúmeros fenômenos sociais e políticos podem ser analisados à luz dos padrões de relação entre indivíduos, grupos e organizações presentes em uma dada esfera da sociedade (e do Estado). Esses padrões constituem redes de diferentes tipos de vínculo em constante transformação, que se apresentam para os atores sociais tanto como constrangimento quanto como possibilidade, induzindo o comportamento dos atores e suas estratégias, e informando os seus projetos e visões sobre o setor e a sociedade. (MARQUES, 2003, p. 153)

Como em todos os âmbitos sociais, as redes sociais apresentam relações sociais com graus oscilantes de conflitos, em que a possibilidade de surgirem aspectos negativos é constante.

Um primeiro aspecto negativo que pode surgir é a tendência à explosão e centralidade temática em meio aos diversos temas relevantes. Um tema pode ser de tal forma exposto, publicado e trabalhado que acaba por interferir de forma negativa em outras redes sociais temáticas. O controle desta explosão temática é tarefa difícil, contudo, as acomodações e conciliações são possíveis.

Os resíduos de redes ou de outras formas de relações sociais que definharam, configuram outra limitação e revelam o segundo aspecto negativo. Sendo compostas de diversos segmentos, as redes sociais, ao definharem, fazem com que o todo se volte às partes. Se estas partes não se encaixam em novos temas ou configuram novas redes, elas podem estagnar-se, configurando-se obstáculos, como foi o caso da lógica que envolvia o tema do Código de Menores³, a tutela, característica da época, que ainda pode ser observada em alguns procedimentos atuais.

Chamamos de reforço de falha, um terceiro aspecto negativo em que a rede social pode se envolver. Embora atue com ímpeto alternativo, ela pode apoiar-se em bases do contrato social, o qual já está em crise e pode representar interesses antagônicos.

Por fim, o quarto aspecto negativo é o que diz respeito à escala. Devido às limitações implícitas, as redes podem agir em escalas temporais e espaciais não adequadas, o que compromete todo o ímpeto alternativo.

Todas estas limitações podem ser superadas pela própria dinâmica que as redes sociais possuem, quando estas dão visibilidade ao tema e propiciam meios de transformação, já que, superar dificuldades é uma das motivações centrais da organização em rede, e tal organização possibilita o que nenhuma das partes conseguiria sozinha. Contudo, sempre constituem limitações, como percebemos quando identificamos algumas iniciativas que, embora aparentem proteção à criança e ao adolescente, parecem constituir barreiras à proteção integral.

³ Estabelecido em 12 de outubro de 1927, pelo Decreto Lei 17.943, o Código de Menores consolidou a lei de assistência e proteção a menores.

Redes sociais: possibilidades

Uma possibilidade importante que as redes sociais propiciam devido a sua configuração é a da visibilidade. O sentido que conferimos ao termo visibilidade é o da exposição na rede, tanto de um fato relativo à rede, quanto uma diretriz relativa ao tema da rede. A visibilidade parece fazer emergir um aspecto subjetivo que transforma algo exposto em objeto de reflexão contextualizada, ou seja, ela parece fornecer elementos para a representação permitindo uma espécie de leitura em rede. Deste modo, além da exposição pública do tema, proporcionada pela rede social, temos a exposição interna ou internalizada em meio às conexões da rede social. Se, por exemplo, um caso de omissão de denúncia de violação de direitos ocorre, e é exposto, essa postura irresponsável não suporta a visibilidade que a torna questionável. Ao proporcionar visibilidade, a rede confere caracterização social ao fato social, segundo as representações sociais produzidas.

No caso das ações de proteção à criança e ao adolescente a visibilidade do fato exige um posicionamento, no qual o profissional, ou outro membro da rede, denuncia ou encaminha o caso, fazendo-o *existir* para a rede, a partir de sua existência na rede, os encaminhamentos são quase que auto-organizados, e terão uma resposta, mesmo que insatisfatória. Por outro lado, se não há visibilidade da ocorrência, casos como o da violação de direitos das crianças e adolescentes não são caracterizados formalmente, logo, não existirá para a rede social.

Em se tratando de redes de abrangência restrita, nas quais não existam ações preventivas, mas, somente curativas, a ausência de visibilidade pode dar a entender que tal violação não ocorra no município, ou que, os tipos atendimentos existentes conseguem abranger todos os tipos de violações. A visibilidade parece ser a *matéria prima* da sinergia da rede e, neste caso, constitui simultaneamente e de forma muito particular, *os sistemas de objetos e sistemas de ações*⁴.

Desse modo, a visibilidade contribui para transformar o fato social – do âmbito do acontecer – em objeto social, no sentido do que é apreendido, – do âmbito do saber. Nesse sentido, podemos relacionar essa exposição e apreensão do fato social como que parte de uma estrutura do pensamento social.

A partir da promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente, em 1990, que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal do Brasil, de 1988, o tema das redes de proteção integral à criança e adolescente ganha maior relevância. Este tema implica um problema social que pode ser enfrentado na sinergia da rede. É justamente o caráter da simultaneidade presente na sinergia, quando da interface das conexões, que permite a luta por meio das redes sociais. Quando constituída, a rede social pode transformar âmbitos controlados em âmbitos com tendência à autonomia, projetando o tema no âmbito social por meio de relações orientadas por diferentes valores.

Sendo a rede um âmbito complexo, a gestão desta torna-se um desafio constante. Ao envolver diferentes segmentos sociais, suscita diferentes alternativas. O respeito às diversas contribuições relacionadas às possíveis alternativas é central para as redes sociais, passando a configurar uma questão epistemológica para além das questões políticas. A ameaça de inclusão de lógicas opressoras devido à participação de grupos com tendências ao autoritarismo pode ser diluída na dinâmica das redes devido à visibilidade e abertura inerentes à mesma. Isso pode ser identificado quando ocorrem conflitos entre pessoas do grupo da rede social temática com grupos de interesse local.

A análise de redes sociais nos revela ainda que a setorização da atuação social por tema só ganha relevância de ação eficaz se estiver conectada a outros temas afins, formando uma rede social ampla. É o caráter mutante das redes que se evidencia neste momento. Ao não atingir a amplitude necessária, as redes se transformam continuamente.

⁴ Santos (2002, p. 63).

As redes sociais são construções sociais que podem fomentar a tão almejada participação social ampla, enquanto alternativa, articulando segmentos isolados. A perspectiva das redes sociais aponta para a quebra da lógica hierárquica, pois fomenta espaços de esperança, ao converter fluxos hierárquicos e lógicas tradicionais em lugares alternativos potenciais. Nesta pesquisa identificamos que a implantação do Conselho Tutelar – instância de caráter participativo - implicou uma luta de diversos setores para sua consolidação e, depois de constituído, tornou-se âmbito que aumentou a coesão à rede social pesquisada, porém de modo descentralizado.

O exame da constituição e fragmentação das redes sociais é, portanto, um aprofundamento necessário na discussão sobre a sociedade brasileira, mas não pensamos que isso venha a colaborar com a formação da cidadania ou da democracia. Para nós, cidadania e democracia não devem constituir-se em *fins* ou objetivos a serem conquistados, considerar estes *meios* como *fins* implica uma inversão compatível com discursos aliciadores. Pensamos, sim, que ao evidenciar os aspectos propostos, podemos contribuir justamente para se destituir as escoras das formas de exploração que se assentam neste tipo de discurso.

O tipo de atitude priorizada ou mais comum a partir da rede, no que se refere ao modo como a rede se posiciona frente aos atendimentos, revela aspectos da matriz em torno da qual a rede interage. Uma ação muito comum em relação à temática no município é a dos *atendimentos curativos*, ou seja, em geral, os contatos são implementados por demanda surgida das tradicionais e limitadas formas de atenção dada à temática, e não com base em interações que consideram outros valores e conduzam a *atendimentos preventivos*. A rede atual não busca se adaptar com a velocidade adequada exigida pela complexidade atual. Capta apenas o que as velhas *malhas* permitem no *mar* da *des-proteção* social e não busca *águas profundas* para agir. Porém, mesmo com esses limites, observamos a existência de vínculos, ações e uniões que apontam para a superação das estruturas hierárquicas e tradicionais. Em geral, esta contra-tendência se efetiva em nexos construídos por profissionais que politicamente conseguem se desvencilhar dos grupos de interesses locais, ou ao menos manter posição diferenciada.

Alguns resultados obtidos apontam que o Município de Presidente Prudente (SP), ainda não apresenta uma organização em redes sociais com tendência à autonomia em relação ao tema proteção integral à criança e adolescente. Alguns aspectos indicam a ocorrência de um retardamento na constituição de uma rede social com tendência à autonomia nessa temática. Um exemplo destes aspectos é o caso do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que, devido à pobreza política⁵ de parte dos representantes, e à ausência de formação específica para atuar, ainda não se libertou da dependência dos poderes executivo e do judiciário, isso ocorre em outros segmentos e é necessário que seja superado.

Redes e espaço geográfico

A noção de espaço geográfico reticulado foi apontada por Santos, M. (2002, p. 262) como intrinsecamente ligada à ação humana, ela nos remete prioritariamente a ao caráter iminente das mudanças do período atual. A partir da pesquisa com redes sociais temáticas compreendemos como esta noção pode ser apreendida tanto a partir da historicidade da ação humana enquanto espaço geográfico, quanto a partir da espacialidade das ações humanas enquanto períodos sociais. Tendências, potencialidades e âmbitos de transformação, esbarram em vazios existenciais em que a idealização do vivido é tida como realidade. Assim, embora possam existir intencionalidades e ações de procedência lícita, o vácuo deixado pelas representações sociais, no que diz respeito ao padrão a ser alcançado, não permite eficiência devido ao alto grau de desigualdade social da sociedade brasileira.

⁵ Como mostramos anteriormente, Demo (2003, p. 9) propõe considerar a pobreza política, “o centro mais renitente da pobreza é seu núcleo político de exclusão social, para além da carência material”.

É certo que “a existência das redes é inseparável da questão do poder” (SANTOS, M., 2002, p.270), e que, de certa maneira, a integração presente na rede social temática pode ser uma forma de concentração de poder. Esse poder está presente nas formas de relação entre redes e territórios, que não são simples. Propomos que, para os territórios, o poder cumpre função com objetivos de ocupação e controle – quanto maior o controle, maior o poder ou vice-versa –, já para as redes, cumpre função de conexão e inclusão – quanto maior o grau de conexão, maior o poder.

Da rede analisada, destacamos duas formas centrais de poder. A primeira, relativa ao poder profissional individual, em que o cargo e o período a que se dedica ao tema são centrais; a segunda, relativa ao poder profissional inter-setorial, em que a posição na rede e o âmbito profissional ao qual pertence são centrais. Podemos observar que o poder exercido nas redes sociais pode se objetivar enquanto territórios assistidos, por exemplo, mostrando que constituir redes é *conquistar espaço*.

Na rede social pesquisada, o poder também se *crystaliza* de acordo com a relevância social da ocorrência, demanda, ou com as estratégias de enfrentamento das ocorrências. Um caso de estupro cometido contra criança ou adolescente, ao *chegar à rede*, potencializa ações de enfrentamento. Já as ações potencializam projetos, núcleos, cargos, setores, leis e vice-versa.

A rede social, diferentemente do lugar, não é hegemônica ou hegemônica – em relação a outras redes – sua característica é de natureza diferenciada, enquanto espaço reticulado por temas. Se uma rede fosse hegemônica, ela não seria mais a mesma rede. A rede social temática implica sobreposição e abrangência, concomitantes a outras redes. As ações de uma rede social, como a solidariedade, podem coexistir com as ações de outra rede social, como a assistência, porém em instâncias diferenciadas, cuja pessoa instituída se insere concomitantemente. No entanto, as alterações sofridas no âmbito temático, devido a mudanças paradigmáticas, vão gerar refuncionalizações, fracionamento, ou até a extinção da rede. A relevância temática é, então, elemento unificador, característico do espaço geográfico reticulado.

Se novos elos ou canais são incluídos na rede, ou velhos são excluídos, isto implica um movimento adaptativo da rede, que refuncionaliza, requalifica ou ainda ressignifica objetos e ações.

Quando um núcleo de assistência social muda de nome ou reforma sua estrutura de atendimento para que esteja de acordo com novas normas, trata-se de um movimento espacializado particular que readaptou um equipamento público ou privado e conseqüentemente, influenciará os profissionais (*nós*) e os vínculos (*elos*) a ele relacionados.

Vários projetos de proteção à criança e ao adolescente são desenvolvidos pelo setor da assistência social. A alta velocidade e grande quantidade de alterações de nomenclatura e funções observadas na área da assistência social sugerem intencionalidades que vão ao encontro da adaptação às conquistas ou readaptação ao tradicional. A ineficaz atuação da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM)⁶ do município desencadeou a busca por transformações para que essa fundação pudesse permanecer enquanto possibilidade de encaminhamento para os atendidos por profissionais da rede, agora, enquanto Fundação Centro de Atendimento Sócio-educativo ao Adolescente (Fundação CASA), ganha potencialidade de mudanças para permanecer entre as opções de atendimento. Nesse caso, podemos dizer que o tema *proteção* influenciou na mudança da nomenclatura e na forma de atendimento? Somente no futuro saberemos.

Na geografia das redes, as ações e os objetos do passado são excluídos, ativados ou refuncionalizados de acordo com o tema. A particularidade da função das ações e dos objetos na

⁶ A FEBEM executa o cumprimento das medidas sócio-educativas para crianças e adolescentes no Estado de São Paulo. Após o registro da ocorrência e a decisão do Juizado de Justiça da Infância e Juventude, com acompanhamento da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude local, a respectiva equipe técnica do FÓRUM realiza os encaminhamentos. As medidas sócio-educativas observadas no projeto foram a Liberdade Assistida (LA) e a Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).

rede é que, nesta, a multifuncionalidade tem o *locus* deliberativo nos temas sociais.

Como mostramos anteriormente, Santos, M. (2002), analisando redes técnicas, mostra que o caráter deliberado na constituição das redes é característico do período atual e ainda que, “com os recentes progressos da ciência e da tecnologia e com as novas possibilidades abertas à informação, a montagem das redes supõe uma antevisão das funções que poderão exercer e isso tanto inclui a sua forma material, como as suas regras de gestão” (SANTOS, M., 2002, p. 265).

Na rede social temática, as deliberações implicam aportes vinculados aos extratos fossilizados de antigas redes ou pontos de ação social.

O processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas. Uma plantação, um porto, uma estrada mas também a densidade ou a distribuição da população, participam dessa categoria de prático-inerte, a prática depositada nas coisas, tornada condição para novas práticas. (SANTOS, M., 2002, p. 140)

Santos, M. (2002) classificou como rugosidades “ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (SANTOS, M., 2002, p. 140). Pensamos que tais formações espaciais a que Santos, M. (1985) chamou de *inércia dinâmica do espaço*, conferem níveis de empoderamento aos *herdeiros* que as dominam. Heranças de aparatos jurídicos – como dos juizados do antigo código de menores⁷ – militares, políticos ou filantrópicos, ainda permitem acumulação de poder e interferem nas redes sociais ligadas à proteção integral à criança e ao adolescente.

Deste modo, optamos por não considerar as redes sociais enquanto sinônimo de desenvolvimento, isentas de relações de poder, como parece apontar Schlithler (2004)⁸. Considerando as heranças do passado e as deliberações do presente, percebemos que as tendências das redes sociais, em direção a autonomia ou controle, são também influenciadas pelo contexto da produção do espaço geográfico em diversas escalas. Neste sentido, é que é possível observarmos certa estabilidade na instabilidade das redes, considerando também suas relações com os lugares, já que “o mundo, porém, é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares” (SANTOS, M., 2002, p. 337), ou seja, embora em certo âmbito espacial ocorram variações que tendem à instabilidade, em outros, estas instabilidade formam padrões de possibilidades. Isso, tanto para a produção de mercadorias, quanto para a produção da assistência social. Observamos que, embora seja possível uma transformação dos atendimentos e uma revalorização da infância e da adolescência de forma plena, as oportunidades oferecidas esbarram também em limites estruturais.

Enquanto relações espaciais, a dinâmica das redes implica graus de reciprocidade. A reciprocidade é indispensável ao modo de organização da rede social. Não estamos tratando de uma reciprocidade de enfoque individual em que a privacidade é central, mas sim social, em que o tema é que norteia as interações. Baixo, médio ou alto, o grau de reciprocidade indica que existem canais ou vetores abertos de forma bipolar, possibilitando conexões especializadas. Porém, o alto grau de reciprocidade na rede social temática não significa necessariamente que estejam ocorrendo intensas transformações em direção aos objetivos do tema. Pode ser que antigas conexões apresentem alto

⁷ FREITAS, MIOTTO e LOURENÇÃO (2006, p. 24) mostram como as autoridades judiciárias não somente se ocupavam em cuidar das questões judiciais, mas também em “suprir as deficiências da falta de políticas públicas adequadas. Desta forma, o juiz possuía amplos poderes e não ficava limitado apenas à aplicação da lei, mas também tinha poderes ilimitados e absolutos de intervenção sobre a criança e sua família”.

⁸ Apoiado pela Fundação Inter-Americana, um órgão independente do governo dos Estados Unidos da América, o trabalho de Schlithler (2004, p. 19) considera as redes sociais enquanto “um tipo novo de organização, diferente das entidades e dos movimentos sociais. Criadas para mobilizar e desencadear ações conjuntas com objetivo de provocar transformações na sociedade”

grau de reciprocidade, mas, que as possibilidades de transformações estejam fossilizadas na rotina e nos costumes, ainda mais quando estamos tratando de relações sociais que ocorrem em meio a hierarquias. Como mostramos em relação aos laços fracos, Granovetter (1973) já destacava que os laços sociais fortes podem fazer com que questões pessoais se sobreponham a questões de eficiência, podendo tornar a possibilidade de inovação cada vez menor.

As conexões da rede social revelam, então, a amplitude da rede, enquanto o grau de reciprocidade aponta para a intensidade das relações e para as possibilidades de mudanças para atingir os objetivos contidos no tema.

Nas redes sociais temáticas, os agentes conectados possuem atributos que os situam e os mantém em determinada posição. Perfil político, amizade, profissão, cargo ou função, tempo de serviço e aptidão para trabalhos coletivos ou participativos são qualidades que o sujeito vincula na rede e que ganham diferentes proporções, de acordo com as combinações que configuram.

No âmbito da assistência social, é comum se pensar em organização intencional de redes sociais, enquanto uma *prótese social* que substitui as carências que, em geral, surgem nas redes espontâneas, além disso, muitas vezes, se procura estabelecer igualdade social com hora e local marcados. O saber contido na organização em rede não a torna imune às tendências do mercado. Porém, ainda perguntamos: até que ponto se pode controlar os desígnios da rede, se algum parceiro a usa para interesse próprio? Se a rede é tão vulnerável a ações externas, isso possibilitaria direcioná-la também para objetivos sociais importantes.

A organização em rede permite várias formas de inserção aos participantes devido aos objetivos temáticos. Mesmo quando tais objetivos não compareçam claramente no tema da rede, eles estão no cerne das deliberações. É preciso identificá-los.

Os setores da sociedade e em especial o da assistência social são objetos de constante avaliação, tanto científica quanto do senso comum. As redes sociais surgem como opção inovadora que permite refuncionalizar antigas normas de intervenção social e dar credibilidade aos projetos e pessoas nelas inseridas. Paralelamente, as redes sociais encerram espaços potenciais de transformações que podem ser articulados por diferentes grupos de interesses, inserindo ora direta, ora indiretamente representantes em sua constituição. Esses espaços potenciais são âmbitos de poder, dos quais também surgem deliberações transformadoras e alternativas. As empresas privadas, em sintonia com a estratégia neoliberal⁹, vislumbram essa potencialidade e tentam ocupar ao máximo esses âmbitos, por meio de recursos e representantes. Tem-se assim, interesses estratégicos de ocupação de espaços de transformação, juntamente com a busca de retorno simbólico devido ao patrocínio. Ocupar estes espaços potenciais pode ser estratégico também para inibir iniciativas ou controlá-las.

Observamos nesta pesquisa uma importante diferença na formação e gênese das redes sociais quanto ao ímpeto participativo de seus membros. Podemos separar este ímpeto em duas tendências: a primeira, enquanto uma *vontade* de participar da rede social gerada a partir da participação social (na esfera pública) em sub-temas ligados ao tema principal da rede, que num segundo momento pode levar a ligação direta com a rede, caso da rede social temática; a segunda, enquanto uma *vontade* de participar constituída por projetos direcionados, talvez mais ligados à carreira profissional e interesses externos, cuja implantação não implicou experiências significativas em relação à função da rede e também em relação à necessidade de união e articulação, caso da Rede Criança Prudente e da Rede Social São Paulo. No entanto, mesmo na rede social temática é possível encontrar restrições quanto à motivação que culminou com a *vontade* de participação.

⁹ Para Montañó (2003), uma forma de retirar do Estado as conquistas trabalhistas sem criar um processo de convulsão social implicava também em “legitimar o esvaziamento dos *direitos sociais* e particularmente o recorte das *políticas sociais*”, para tanto “fomenta-se, a partir de parcerias, o crescimento (e a imagem de “passagem compensatória”) da atividade do chamado “terceiro setor”, essa miscelânea de indivíduos, empresas, ONG’s” (MONTAÑO, 2003, p. 225, grifos do autor)

A Rede Social São Paulo é patrocinada diretamente por diversas empresas brasileiras, algumas por meio de suas respectivas fundações, e várias fazem parte do comitê gestor de tal rede juntamente com a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (SP).

Não retomaremos as críticas direcionadas aos riscos relativos à permeabilidade do Estado frente ao mercado, feitas por Marques (2003) e Montañó (2003), e sim vislumbrar apenas parte do interesse estratégico que pode estar associado à organização em rede.

Diante dos diversos tipos de interesses, que podem estar na formação das redes sociais, podemos considerar que organizar em rede implica um movimento de conexão que tanto pode ser impulsionado externamente, quanto pode surgir a partir de necessidades internas aos âmbitos que o tema abrange.

É possível que as redes sociais temáticas impliquem uma postura dos membros cuja vontade surgiu na participação, assim, implicam um resultado de nível superior, no sentido de auto-organizar.

Essas atribuições do espaço geográfico trazem à tona quatro formas de abordagem que podem contribuir na compreensão da realidade social, por meio da geografia das redes: a estabilidade na instabilidade; o elo entre escalas; o elo entre setores; as formas plurais.

A primeira forma de abordagem, a *estabilidade na instabilidade*, implica considerarmos um componente da dinâmica conectiva, que ativa locais da rede ou ocupa novos locais de forma fluída. De acordo com o tema e os casos surgidos na rede, ela se movimenta e ativa áreas, *pontos* ou *linhas* de contato. Dessa forma, a rede se movimenta ativando com maior ou menor intensidade suas partes ou suas áreas de influencia.

É a escala geográfica que nos permite diferenciar e delimitar a rede social temática, pois, em se tratando de âmbitos do espaço geográfico, a escala geográfica permite estabelecer correlações importantes, como no caso do conceito de região:

Assim, por exemplo, se afirmarmos que há uma escala regional, não podemos defini-la simplesmente pela delimitação física, cartográfica, de um espaço passível de ser matematicamente medido. Para diferenciarmos a interpretação geográfica da simples descrição cartográfica, devemos conceber um “conteúdo”, um caráter minimamente conceitual (e não puramente descritivo) a esta escala – inserir, como veremos adiante, o caráter da dinâmica (política, econômica, cultural) que a região envolve, o que exclui a definição de limites estanques para a escala regional e nos obriga a entender sua interação com outras escalas. (HAESBAERT, 2002, p. 104)

Guardadas as especificidades do conceito de região, no que diz respeito à constituição e delimitação das regiões, podemos pensar a rede social temática enquanto uma forma particular de comunicação entre escalas, que também está presente, embora de outras formas, em conceitos geográficos como território e lugar. Nesta pesquisa, consideramos três aspectos centrais na delimitação do campo de análise enquanto escala de abrangência da rede social temática: a) *o tema*, que circunscreve os grupos sociais e os locais inseridos na escala, além de implicar influência de matrizes de diversas escalas; b) *a dimensão política específica do município*, que circunscreve saberes particulares, pois grande parte dos profissionais, projetos, núcleos e entidades sofrem influência desta característica local; c) *o dinamismo da historicidade do espaço geográfico*, que possibilita reconhecer que a dinâmica espaço-temporal não assegura recortes fixos ou fixados, mas flutuações espaciais analisáveis.

Desse modo, embora consigamos delimitar esses âmbitos de análise, o aspecto relacional entre espaço e tempo, ao qual se referiu Haesbaert (2002, p. 104), nos obriga a deixar em aberto espaços e tempos de potencial ocupação das redes sociais temáticas, ou seja, essa característica pode conferir novos significados e tendências para as redes e, inclusive, permitir identificar no futuro, elementos, processos e outras particularidades não compreendidas quando da pesquisa atual.

Retomando as quatro formas de abordagem, na segunda forma, do *elo entre escalas*, as

redes possuem uma identidade global. Não necessitam de intermediações para se tornarem globais. O global está potencializado em todas as redes de forma mais ou menos evidente, pois a essência da rede são as correlações das formas estruturais. As escalas são transpostas com maior facilidade devido a menor carga burocrática implicada, não na execução das atribuições dos agentes, mas na formação e manutenção da rede.

A terceira forma, o *elo setorial*, implica que a burocracia que envolve os diversos setores da sociedade é de grande monta no Brasil. Nem sempre as articulações são bem aceitas, ainda mais quando estas esbarram em perda de poder ou acréscimo de trabalho aos seus participantes, apesar dos benefícios alcançados, como a otimização dos atendimentos.

As redes suplantam os limites, embora com certas dificuldades. Em geral, são as necessidades que abrem as portas para conexões. A partir do momento que um hospital necessita do apoio da assistência social, ele também deverá responder aos *apelos* desta. No caso das redes sociais, os canais abertos implicam bipolaridade, potencial ou efetiva, dos profissionais envolvidos.

Observe-se assim, que a geografia das redes sociais apresenta muitos elementos de união. Metodologicamente, o ímpeto é de união, e consiste, mesmo por meio de análise, uma forma utópica de busca, pois, mesmo desmembrando os elementos, se assenta especialmente sobre formas de união. Porém, distanciando-se da questão metodológica, nem sempre união implica enfrentamento eficiente das questões sociais.

A quarta e última forma, as *formas plurais*, não encerram uma superposição de funções em determinada área, mas as diversas configurações que os objetos e ações sociais apresentam a partir de certo âmbito de mediação social, que neste caso pode ser a rede social.

Os movimentos contra-hegemônicos esbarram também nas fragmentações causadas pelos movimentos hegemônicos. As redes podem reunir elementos dispersos, no entanto, as formas *redes* também são usadas hegemonicamente para desestabilizar, dividir e dominar, como em diversas redes técnicas.

O ímpeto de união ou de divisão de uma abordagem está na atitude. Nas redes sociais temáticas é possível uma grande maioria de atitudes de união frente ao risco de colapso contido nas formas desiguais de reprodução humana. Para Boaventura de Souza Santos (2006, p. 85), “a comunicação e a cumplicidade epistemológica assenta na idéia de que não há só uma forma de conhecimento, mas várias, e de que é preciso optar pela que favorece a criação de imagens desestabilizadoras e de atitudes de inconformismo perante elas”. Consideramos que os saberes contidos na análise das redes sociais temáticas podem evidenciar imagens desestabilizadoras, como aquelas que simbolizam a realidade excludente de muitas redes intencionalmente constituídas, ou gerar atitudes de inconformismo perante tais imagens, como ocorre a partir do momento em que são expostas as formas de coação internas ou externas.

Além de dominarem as redes técnicas, os segmentos do capital parecem querer dominar as redes sociais, para assim, também dominarem um âmbito de gestão de saberes que pode conduzir a transformações profundas. O modo de organização em rede pode ser valorizado como um espaço potencial de transformações importantes, e seu controle já é objeto de disputa.

Considerações finais

Seria a geografia das redes uma forma de conhecimento emancipação, dentro do paradigma da modernidade ocidental? A resposta é afirmativa se o procedimento científico que envolve a questão não caracterizar um *manual de desenvolvimento social* e sim um procedimento que, mesmo não sendo neutro, consiga explicar as tendências que as redes podem apresentar em vários níveis e setores. O risco dos *livros de receitas* que propõem organização em rede é o menosprezo da dinâmica espacial, considerando a autonomia como a realização plena das vontades dos organizadores.

Há nas redes algo mais, que extrapola a solidariedade mecânica, existe sim uma

solidariedade autêntica que é cultivada quando as barreiras do controle hegemônico são expostas por meio da visibilidade das intenções e das experiências libertadoras.

Na formação das redes sociais, enquanto sinônimo de *desenvolvimento social*, o capital, ou os grupos de interesses, deixam seu *rostro* como imagem símbolo da solidariedade, esse comércio da solidariedade acaba por fragilizar a ética característica desse tipo de organização.

Para além desses limites, a forma rede de intervenção social encontra uma chave para fugir dos entraves da manipulação, a partir da leitura reflexiva das circunstâncias que fomentaram a rede. Em geral, a manipulação ocorre onde a potencialidade de rede com tendência à autonomia já está colocada. O resultado muitas vezes é que especuladores descobrem estas potencialidades e estes *paraísos de investimento social* e os tornam adequados aos interesses do mercado.

Uma outra forma de manipulação que pode ser identificada na organização em rede é relativa ao protagonismo. Em geral, os dominantes fogem do protagonismo de um passado em que as bases e evolução das desigualdades sociais foram estabelecidas, apresentam, assim, uma espécie de ingerência da gênese dos problemas. Mas, buscam freneticamente – inclusive por meio da participação em redes sociais – aparecer como protagonistas do presente, enquanto momento de progresso, gerenciando a solução da crise. Isto explica em parte a fugacidade de um passado de exploração em um dos principais representantes da manutenção da tradição, por meio da *modernização*, da mídia e suas formas altamente descartáveis ou descartadas de escrever o passado, o presente e o futuro, segundo interesses econômicos socializados.

Assim, concluímos que a reconstrução da sociabilidade passa pela reescrita do social, a partir da exposição e desestabilização dos saberes excludentes especializados.

Bibliografia

BLANES, D. N.; GUARÁ, I. M. R.; CARVALHO, M. C. B. *Gestão municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente*. 2.ed. revisada e ampliada. São Paulo: IEE/PUC.SP, 1995. (série Programas e Serviços de Assistência Social).

BRASIL. ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social. Brasília: MEC, ACS, 2005.

CHAUÍ, M. S. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

DEMO, Pedro. *Pobreza da pobreza*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

DEROY-PINEAU, F. *Reseaux Sociaux: bibliographie commentée*, Montréal, Université de Montréal, 1994, mimeo.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. (Orgs.) *Geografia Conceitos e Temas*. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 141 – 162.

_____. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

FREITAS, D. C.; MIOTTO, E.; LOURENÇÃO, E. S. P. *Reconhecimento de paternidade: Estudo de caso de uma proposta interventiva desenvolvida pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Presidente Prudente*. Monografia *Lato Sensu* (Serviço Social) – Políticas Sociais e Processos de Gestão. Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo 2006.

- GRANOVETTER, Mark S. *The strenght of weak ties*. American Journal of Sociology, 78 (6), p.1360-1380, 1973.
- HAESBAERT, R. *Territórios alternativos*. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.
- MARQUES, E. C. *Redes Sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2003.
- MARTELETO, M. R. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferencia de informação. *Rev. Ciência e Informação*, Brasília: v.30, n1, p.71-81, jan./abr. 2001.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- SANTOS, B. S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção para um novo senso comum; v. 4).
- SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002. (Coleção Milton Santos; 1).
- SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993. p. 13-25 e 111-123.
- _____. *Redes sociais: trajetórias e fronteiras*. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Orgs.) *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- SCHLITHLER, C. R. B. *Redes de desenvolvimento comunitário: iniciativas para a transformação social*. São Paulo: Global; Instituto para o Desenvolvimento de Investimento Social (IDIS), 2004. (Coleção Investimento Social).
- SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção da escala geográfica. In: ARANTES, A. *O espaço da diferença*. Campinas: Papius, 2000, p. 132-59.
- SPECK, Ross V. La intervención de rede social: las terapias de red, teoría y desarrollo. In: ELKAÏM, Mony. et al. *Las prácticas de la terapia de red*. Barcelona: Gedisa, [199?].